

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

04 / OUTUBRO / 2021

DESTAQUES

ÁLCOOL EM GEL E MÁSCARA CONTRA A COVID-19 GERAM CRÉDITOS DE PIS E COFINS, DIZ RECEITA

Fisco, porém, limitou como insumos os equipamentos fornecidos aos funcionários da área de produção

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia Mais](#)

PGFN SE PREPARA PARA LANÇAR NOVO PARCELAMENTO

Um novo tema está sendo selecionado para a chamada "transação tributária do contencioso"

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

STF ANALISARÁ CONCEITO DE INSUMO PARA CRÉDITO DE PIS/COFINS

Na época do julgamento do tema no STJ, estimava-se que o impacto anual na arrecadação da União poderia chegar a R\$ 50 bilhões

Por Beatriz Olivon e Joice Bacelo — De Brasília e do Rio

[Leia Mais](#)

RELATOR DA PRORROGAÇÃO DA DESONERAÇÃO ANTEVÊ VETO DO GOVERNO, MAS DIZ QUE CONGRESSO VAI DERRUBAR

Por Fernando Olivon - Comunicação Fenacon

O Palácio do Planalto planeja vetar o texto caso ele seja aprovado, mas há apoio no Congresso para que o veto seja derrubado

Por Redação Jornal de Brasília

[Leia Mais](#)

CÂMARA PRORROGA GUERRA FISCAL COM ICMS

Projeto segue para o Senado

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 416 votos a 22, projeto de lei que prorroga por mais dez anos os benefícios fiscais concedidos pelos Estados para atrair empresas de comércio em meio à guerra fiscal. Também foram estendidos, por mais sete anos, os incentivos fiscais vinculados ao ICMS para incremento das atividades portuárias e aeroportuárias para comércio internacional, e por 12 anos para os produtos agropecuários in natura. O projeto será analisado agora pelo Senado.

[Leia Mais](#)

RETOMASP: GOVERNO ESTADUAL REDUZ ICMS E ANTECIPA DESONERAÇÃO FISCAL

Impulsionado pelo crescimento acima da média nacional, SP terá novo pacote fiscal para apoiar setores críticos e fomentar a economia

Do Portal do Governo

[Leia Mais](#)

MUDANÇA NA QUANTIDADE DE PRODUTOS EMBALADOS DEVERÁ SER ANUNCIADA POR MAIS TEMPO E DE FORMA MAIS CLARA AOS CONSUMIDORES

Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública amplia de três para seis meses o prazo do anúncio da informação e reforça regras para compras on-line

[Leia Mais](#)

GOVERNO PROMULGA ACORDO QUE ELIMINA SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO AGRÍCOLA PARA MEMBROS DA OMC

O compromisso foi acordado pelos membros na 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2015.

Por Reuters

[Leia Mais](#)

PREVIDÊNCIA

DIVULGADO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP) COM VIGÊNCIA PARA 2022

A consulta pode ser feita pelos sites do Ministério do Trabalho e Previdência e da Receita Federal do Brasil

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PEDIDO DE VISTA

STF SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE INCIDÊNCIA DE IR SOBRE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Julgamento foi retomado nesta sexta; placar está a dois a zero contra a tributação das verbas alimentares

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

GUEDES VISITA TOFFOLI PARA TRATAR DE PROCESSO BILIONÁRIO

Um dos casos tratados é o de tributos pagos por montadoras, que pode impactar a União em R\$ 8,9 bi

[Leia Mais](#)

DENÚNCIA INEPTA

STF REAFIRMA QUE NÃO HÁ RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM CRIME SOCIETÁRIO

Por Rafa Santos

[Leia Mais](#)

EX-MINISTRO DO STF CONTRADIZ RECEITA FEDERAL SOBRE VOTO USADO PARA COBRAR TRIBUTOS

Parecer de Cezar Peluso coloca em risco estratégia do Fisco em disputa bilionária de PIS e Cofins

Por Joice Bacelo

[Leia Mais](#)

FUX RESTABELECE EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE “PASSAPORTE DA VACINA” EM MARICÁ (RJ)

O decreto municipal que exige a comprovação para acesso a estabelecimentos e locais de uso coletivo havia sido suspenso em HC impetrado por um vereador da cidade.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MINISTRO NEGA AUTORIZAÇÃO PARA ADVOGADO NÃO VACINADO CONTRA COVID-19 ENTRAR NO TJSP

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Og Fernandes indeferiu habeas corpus por meio do qual um advogado que não se vacinou contra a Covid-19 buscava ter livre acesso aos fóruns do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). A corte paulista editou portaria que condiciona o ingresso em seus prédios à

apresentação de comprovante de que a pessoa tomou, pelo menos, uma dose da vacina contra a doença.

[Leia Mais](#)

PROTEÇÃO POR EQUIPARAÇÃO: QUEM OCUPA O LUGAR DE CONSUMIDOR, SEGUNDO O STJ

Nas situações mais triviais do mercado, não existe dúvida sobre quem é o consumidor: o comprador de um produto ou o usuário de um serviço. Para a legislação, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatária final. Mas não só.

[Leia Mais](#)

MULTA DE MORA NO REGIME DRAWBACK-SUSPENSÃO SÓ INCIDE 30 DIAS APÓS O PRAZO PARA A EXPORTAÇÃO FRUSTRADA

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que não é exigível multa de mora quando o contribuinte importa insumos pelo regime drawback na modalidade suspensão e, não cumprindo a obrigação de exportar as mercadorias no prazo determinado, recolhe os tributos devidos em até 30 dias.

[Leia Mais](#)

QUARTA TURMA: COBRANÇA DE MULTA PELA FALTA DE REGISTRO DA INCORPORAÇÃO EM CARTÓRIO PRESCREVE EM DEZ ANOS

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que, na ausência de previsão legal específica, prescreve em dez anos a ação contra a incorporadora para a cobrança da multa do artigo 35, parágrafo 5º, da Lei 4.591/1964 – sanção aplicável nas hipóteses de falta de registro da incorporação imobiliária em cartório.

[Leia Mais](#)

JURISPRUDÊNCIA EM TESES DESTACA COMPENSAÇÃO DE ICMS EMPRECATÓRIO E ICMS NA PRODUÇÃO DE EMBALAGENS SOB ENCOMENDA

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a edição 177 do Jurisprudência em Teses, sobre o tema ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias, bens e serviços – III. A equipe responsável pelo produto destacou duas teses.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

TRF OBRIGA INSS A PAGAR SALÁRIO DE GESTANTE

Medida tem sido buscada por empresas que atuam em atividades incompatíveis com o trabalho à distância

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TJ-SP abre precedente contra pagamento de multa em contrato de energia
Empresa venceu disputa contra Enel por ter sido afetada pela pandemia
Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

IPI

CARF AFASTA NECESSIDADE DE VINCULAÇÃO FÍSICA ENTRE INSUMO E PRODUTO NO DRAWBACK

Voto vencedor considerou que não cabe comparar quantidade de insumos importados com a de produtos exportados
MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

MUDANÇAS

CARF ESTUDA SESSÕES PRESENCIAIS EM JANEIRO E MODELO HÍBRIDO EM 2022

Informações foram apresentadas pela presidente do tribunal, Adriana Rêgo, em evento fechado para conselheiros
MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

RESIDENTES NO BRASIL PODERÃO EMITIR INSTRUMENTO CAMBIAL DE AGRONEGÓCIO

Medida foi aprovada por Conselho Monetário Nacional
Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO APROVA CRITÉRIOS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO PARA COMBATER CONCORRÊNCIA DESLEAL E SONEGAÇÃO

Da Agência Senado

Proposições legislativas PLS 155/2015, PLS 165/2015, PLS 284/2017, PLS 87/2015, RQS 18/2019

[Leia Mais](#)

SENADO VAI ANALISAR PROJETO QUE REGULAMENTA USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Da Agência Senado | 02/10/2021, 11h14

O projeto, que foi aprovado na Câmara no final de setembro, estabelece fundamentos e princípios para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil

Jefferson Rudy/Agência Senado

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pagamentos | Transferências

PIX JUDICIAL: PL IMPLEMENTA MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA NAS EXECUÇÕES

O projeto, que tramita na Câmara dos Deputados, permite que o pagamento de valores depositados em juízo seja feito diretamente na conta do credor ou na figura de seu advogado.

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE REGULAMENTA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE INSUMOS BIOLÓGICOS

Regulamentação aplica-se tanto ao sistema de cultivo convencional como o orgânico

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

[Leia Mais](#)

NOVA LEI CRIA DOCUMENTO ELETRÔNICO PARA TRANSPORTE DE CARGAS

Texto foi publicado com dois vetos do presidente Jair Bolsonaro

Implantação seguirá cronograma a ser proposto pelo governo federal

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA PENA MAIOR PARA LAVAGEM DE DINHEIRO COM MOEDAS VIRTUAIS

Deputados acreditam que regulamentação de criptomoedas irá impulsionar investimentos; proposta ainda será analisada pelo Plenário

[Leia Mais](#)

CONGRESSO

PLP 32/21 TRAMITA LENTAMENTE, E DIFAL DE ICMS DIFICILMENTE VALERÁ EM 1º DE JANEIRO

Para valer em 1º de janeiro de 2022, projeto deveria ter sido publicado no Diário Oficial até 1/10

BÁRBARA MENGARDO

ÉRICO OYAMA

[Leia Mais](#)

COMISSÃO APROVA NOVAS REGRAS PARA ESCOLHA DE DIRIGENTES DO CADE

Entre mudanças, proposta reduz número de conselheiros do órgão antitruste Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Marco Bertaiolli: novas regras garantem perfil técnico

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

NÃO CABE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ASSISTÊNCIA MÉDICA DO EMPREGADO

Por Onofre Alves Batista Júnior e Paulo Roberto Coimbra Silva

[Leia Mais](#)

MAJORAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IOF É INCONSTITUCIONAL

Por André Luiz Martins Freitas e Pedro Sales Abrantes

Foi publicado recentemente pelo governo federal o Decreto 10.797/2021, que aumenta as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Ocorre que, devido a diversos fatores, defende-se a inconstitucionalidade do decreto. O principal ponto, nesse sentido, é o fato de que não se deve atribuir finalidade específica a impostos, conforme deixa explícito o que está previsto no artigo 167 da Constituição Federal, que possui a seguinte redação:

"Artigo 167 — São vedados:

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)